

## BIÊNIO – janeiro de 2025 / janeiro de 2027

**Lúcio Dutra Vale**

Conselheiro/Presidente

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**

Conselheiro/Vice-Presidente

**Sebastião Cezar Leão Colares**

Conselheiro/Corregedor

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**

Conselheira/Ouvidora

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**

Conselheiro/Diretor Geral da Escola de Contas

Públicas “Conselheiro Irawaldyr Rocha”

**Ann Clélia de Barros Pontes**

Conselheira/Presidente da Câmara Especial

**José Carlos Araújo**

Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

## CONSELHEIROS(AS) SUBSTITUTOS(AS)

**José Alexandre da Cunha Pessoa**

**Sérgio Franco Dantas**

**Adriana Cristina Dias Oliveira**

**Márcia Tereza Assis da Costa**

## SOBRE O TCMPA

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

## MISSÃO

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

## VISÃO

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

## VALORES

“Agir conforme as normas princípios, no sentido de conduzir as ações e atitudes a uma escolha justa, legal e moral.”

## REGULAMENTAÇÃO DO DOE TCMPA

- Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015;
  - Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA;
- Sua **estreia** aconteceu em **13/12/2016**.

## CONTATO DO DOE TCMPA

suporte.doe@tcm.pa.gov.br

Secretaria-Geral: (91) 3210-7545

## ENDEREÇO DO TCMPA

Trav. Magno de Araújo, 474 – Telégrafo Sem Fio.  
Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055  
Telefone: (91) 3210-7500 (Geral)

## TCMPA INTENSIFICA FISCALIZAÇÃO E APERFEIÇA O CONTROLE DE GASTOS PÚBLICOS COM NOVOS ATOS DE ALERTA



Em Sessão Ordinária nesta terça-feira (27/01), o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) aprovou dois Atos de Alerta que reforçam a transparência nas contratações e o rigor no registro de despesas com pessoal, aprimorando a gestão municipal em 2026.

O primeiro, o **Ato de Alerta nº 01/2026**, reitera a obrigatoriedade da alimentação completa, correta e tempestiva dos sistemas “Mural de Licitações” e “Geo-Obras”. A medida objetiva coibir a omissão de informações pelos jurisdicionados, prática que compromete a atuação do controle externo e inviabiliza o controle social. A ausência de

registros relativos a licitações, dispensas, inexigibilidades e obras gera insegurança jurídica e configura grave obstáculo à fiscalização, podendo resultar na não aprovação das contas ou na emissão de parecer prévio contrário, nos termos da **Súmula nº 1/TCMPA**. O Ato adverte, ainda, que a persistência na omissão será caracterizada como burla à fiscalização, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis. Ao mesmo tempo, reafirma o caráter pedagógico e preventivo da atuação do Tribunal, orientando os gestores a estruturarem rotinas efetivas de controle interno e a capacitarem seus servidores, de modo a assegurar a regularidade, a transparência e a conformidade dos procedimentos de contratação pública.

Na mesma sessão, o **Ato de Alerta nº 02/2026** trata do registro detalhado das despesas com pessoal. A partir de 2026, as remessas mensais de dados contábeis somente serão recepcionadas e processadas pelos sistemas institucionais quando as despesas de pessoal estiverem devidamente classificadas até o nível de subelemento, conforme a **Instrução Normativa nº 11/2025/TCMPA**. Essa exigência, divulgada durante o Projeto Capacitação 2025, visa garantir rastreabilidade, fidedignidade e integridade dos dados, permitindo análise precisa do cumprimento dos limites de gastos com pessoal estabelecidos pela **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. O Ato orienta os gestores a adequarem seus sistemas de contabilidade e folha de pagamento e a promoverem capacitação de suas equipes, prevenindo impossibilidade de envio das remessas mensais e descumprimento das normas do Tribunal.

Com os Atos de Alerta, o TCMPA reafirma seu compromisso com a boa governança, transparência e responsabilidade fiscal, consolidando ferramentas essenciais para o controle e fiscalização dos recursos públicos em benefício da sociedade paraense.

Leia a íntegra dos Atos de Alerta nº 01/2026 e 02/2026 nesta edição do Diário Oficial Eletrônico.

## NESTA EDIÇÃO

### GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP

- **ALERTA ..... 02**

### GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA

- **GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA ..... 04**

### GABINETE DE CONSELHEIRO

- **DECISÃO MONOCRÁTICA ..... 10**
- **DECISÃO INTERLOCUTÓRIA ..... 14**

### GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

- **NOTIFICAÇÃO ..... 15**

### SERVIÇO AUXILIAR - SA

- **PORTARIA ..... 16**
- **CONTRATO ..... 18**
- **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ..... 19**
- **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ..... 20**



<https://www.tcmpa.tc.br/>



↩ Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GP

## ALERTA

CONS. LÚCIO VALE

## ATO DE ALERTA Nº 01/2026/TCMPA

**REITERAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DE ALIMENTAÇÃO E REMESSA ELETRÔNICA DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS REFERENTES AOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO NOS SISTEMAS "MURAL DE LICITAÇÕES" E "GEO-OBRA" DO TCMPA**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** a competência desta Corte de Contas para expedir atos de alerta, conforme o disposto no art. 71, inciso I, da Constituição Federal de 1988, no art. 75, inciso I, da Constituição do Estado do Pará, no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, e no art. 253 do Regimento Interno do TCMPA;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Egrégio Tribunal Pleno, em Sessão Ordinária de 27/01/2026, que aprovou a emissão do presente Ato de Alerta, visando orientar os jurisdicionados municipais e prevenir a ocorrência de irregularidades;

**CONSIDERANDO** o disposto na [Instrução Normativa nº 22/2021/TCMPA](#), de 10 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o portal dos jurisdicionados, etapa "Mural de Licitações", como meio obrigatório de remessa dos procedimentos de contratação ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, sendo parte integrante da prestação de contas, e dá outras providências, bem como a [Resolução Administrativa nº 40/2017/TCMPA](#), de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do sistema informatizado de acompanhamento de obras e serviços de engenharia – GEO-OBRA/TCMPA e dá outras providências;

**CONSIDERANDO** a obrigatoriedade da prestação de contas dos procedimentos eletrônicos de licitações, de dispensas e de inexigibilidades, de contratos e de instrumentos decorrentes, a ser realizada através dos sistemas "Mural de Licitações" e "GEO-OBRA", não sendo mais permitida a sua recepção, neste Tribunal, em meio físico ou mídia digital, salvo quando expressamente solicitado pelo TCMPA;

**CONSIDERANDO** que os sistemas Mural de Licitações e Geo-Obras são ferramentas oficiais e de alimentação obrigatória, instituídas por este Tribunal para promover a transparência, o controle social e a fiscalização dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade e da execução de obras e serviços de engenharia;

**CONSIDERANDO** a reiterada omissão por parte de diversos jurisdicionados, observada no exercício de 2025, no que tange à tempestiva e fidedigna alimentação dos sistemas Mural de

Licitações e Geo-Obras, conduta que tem comprometido a eficácia do controle externo;

**CONSIDERANDO** que a referida omissão tem conduzido à expedição de diversas medidas cautelares por esta Corte de Contas, a fim de compelir os gestores ao cumprimento de suas obrigações, gerando desgaste administrativo e insegurança jurídica para licitantes e contratados;

**CONSIDERANDO** que a omissão no envio de dados ou o envio de informações incompletas ou inverídicas pode ser caracterizada como grave obstaculização ao exercício do controle externo, sujeitando os responsáveis a sanções e a repercussões severas na análise das prestações de contas anuais;

**CONSIDERANDO** que a não comprovação da realização de prévio processo licitatório e da celebração de contrato ou de instrumento congênere, conduz a incidência de irregularidade de natureza grave, que conduz a não aprovação das contas ou emissão de parecer prévio contrário à aprovação, nos termos da [Súmula nº 1/TCMPA](#);

**CONSIDERANDO**, ainda, a indicação fixada pela Diretoria Jurídica e CONCEX, da permanente necessidade de se ver reforçar o caráter pedagógico e preventivo da atuação do TCMPA, conforme uniforme entendimento do Tribunal Pleno, reiterando e ratificando o conhecimento amplo e irrestrito das obrigações vigentes, a fim de evitar a repetição das falhas e a consequente aplicação de medidas cautelares e/ou sancionadoras;

**CONSIDERANDO**, por fim, a deliberação fixada pelo Tribunal Pleno, na Sessão Ordinária de 27/01/2026, que autoriza a expedição do **Ato de Alerta nº 01/2026/TCMPA**, com subscrição pelo Exmo. Conselheiro-Presidente Lúcio Dutra Vale, aos Poderes Públicos Municipais dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, sob jurisdição desta Corte de Contas;

**RESOLVE:**

**ALERTAR** os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Prefeitos(as), Presidentes de Câmaras, demais responsáveis pelas unidades gestoras do município e, ainda, os(as) responsáveis pelos Setores/Departamentos de Contabilidade, Licitações e Controle Interno dos Poderes Públicos Municipais, em caráter de reforço e reiteração, sobre a obrigatoriedade da alimentação tempestiva, completa e fidedigna dos sistemas Mural de Licitações e Geo-Obras, observadas as disciplinas fixadas pela [Instrução Normativa nº 22/2021/TCMPA](#) e pela [Resolução Administrativa nº 40/2017/TCMPA](#).

**ADVERTIR** que a omissão de comprovação da realização de prévio processo licitatório e da celebração de contrato ou de instrumento congênere, conforme o caso, importa em falha de natureza grave, que conduz a não aprovação das contas ou emissão de parecer prévio contrário à aprovação, para além da aplicação de multas, nos termos da [Súmula nº 1/TCMPA](#), orientando para a adoção das seguintes medidas administrativas:

1. **Determinar** a imediata e integral regularização de todas as pendências de alimentação e atualização dos sistemas

<https://www.tcmpa.tc.br/>

← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

“Mural de Licitações” e “Geo-Obras”, abrangendo todos os processos de licitação, dispensa e inexigibilidade, bem como todas as obras e serviços de engenharia, em conformidade com as diretrizes, os prazos e os formatos estabelecidos pela [Instrução Normativa nº 22/2021/TCMPA](#) e [Resolução Administrativa nº 40/2017/TCMPA](#), respectivamente.

**2. Instituir** rotinas administrativas permanentes de verificação e controle interno para assegurar a conformidade contínua no envio dos dados, designando formalmente os servidores responsáveis pelo cumprimento desta obrigação e pela verificação da consistência das informações prestadas.

**3. Assegurar** que todos os gestores de contratos, fiscais de obras, membros de comissões de licitação e servidores dos setores de compras, contabilidade e controle interno sejam formalmente cientificados da gravidade da omissão e das consequências dela advindas, promovendo capacitação contínua sobre a correta utilização dos sistemas.

**4. Advertir** todos os setores envolvidos que a persistência e/ou reiteração na omissão no envio de informações e documentos serão considerados atos intencionais de burla e obstáculo à fiscalização, ensejando a imediata comunicação aos demais órgãos de controle, para apuração de responsabilidade e aprofundamento das medidas sancionadoras cabíveis.

O descumprimento das orientações contidas neste Alerta, por contrariar disposições constantes na [Instrução Normativa nº 22/2021/TCMPA](#) e na [Resolução Administrativa nº 40/2017/TCMPA](#), sujeitará o jurisdicionado responsável à apuração de responsabilidade em processos de controle externo, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da adoção de medidas cautelares, sujeição de apuração de responsabilidade e sancionamento, no âmbito dos processos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

Este ato de alerta possui caráter preventivo e orientador, **não demandando resposta formal por parte dos jurisdicionados**, mas sim seu integral cumprimento e obediência.

**Publique-se e cumpra-se.**

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,**  
27 de janeiro de 2026.

**LÚCIO DUTRA VALE**  
Conselheiro/Presidente/TCMPA

## ATO DE ALERTA Nº 02/2026/TCMPA

**OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA NO REGISTRO DE EMPENHOS NOS SUBELEMENTOS CONSTANTES DAS CONTAS ANALÍTICAS DA NATUREZA DA DESPESA DE PESSOAL NAS REMESSAS MENSAIS**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

**CONSIDERANDO** a competência desta Corte de Contas para expedir atos de alerta, conforme o disposto no art. 71, inciso I, da

Constituição Federal, no art. 75, inciso I, da Constituição do Estado do Pará, no art. 1º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, e no art. 253 do Regimento Interno do TCMPA;

**CONSIDERANDO** a deliberação do Egrégio Tribunal Pleno, em Sessão Ordinária de 27/01/2026, que aprovou a emissão do presente Ato de Alerta, visando orientar os gestores municipais a prevenir a ocorrência de irregularidades no registro de informações contábeis;

**CONSIDERANDO** os princípios da transparência, da fidedignidade e da integridade dos dados que devem nortear a gestão fiscal responsável e a prestação de contas, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000);

**CONSIDERANDO** que as despesas com pessoal demandam especial rigor na sua classificação contábil, por impactarem diretamente os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000) e os demonstrativos fiscais e contábeis;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a correta aplicação das normas de contabilidade pública, especialmente no que tange à classificação da despesa por natureza até o nível de subelemento, para garantir a rastreabilidade e a correta fiscalização dos gastos com pessoal, para a qual consta a devida previsão, conforme termos da [Instrução Normativa nº 11/2025/TCMPA](#);

**CONSIDERANDO** que as remessas mensais de dados contábeis ao Tribunal, regulamentadas nos termos da [Instrução Normativa nº 02/2019/TCMPA](#), constituem o principal instrumento para o exercício do controle externo concomitante e que a inconsistência ou incompletude das informações compromete a análise e a verificação do cumprimento dos limites e das normas aplicáveis;

**CONSIDERANDO** a iminente implementação de validações sistêmicas que tecnicamente impedirão a geração e o envio dos arquivos de remessa mensal, a partir do exercício de 2026, caso não haja o correto e detalhado registro dos subelementos de despesa relativos aos gastos de pessoal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de prevenir a reincidência de práticas irregulares nos entes jurisdicionados, especialmente quanto à falta de detalhamento nas despesas de pessoal, prática que obstaculiza o controle e atenta contra os princípios da legalidade, moralidade administrativa e transparência;

**CONSIDERANDO**, ainda, as orientações fixadas pelo TCMPA, por intermédio do Projeto Capacitação 2025, atinentes as alterações sistêmicas na remessa das informações dos dados contábeis ao exercício do controle externo, vinculados às despesas de pessoal, a contar do exercício de 2026, em atendimento ao disposto no art. 23 da LINDB, visando estabelecer prévio conhecimento e adoção de medidas corretivas dos procedimentos administrativos em curso;

**CONSIDERANDO**, por fim, a deliberação fixada pelo Tribunal Pleno, na Sessão Ordinária de 27/01/2026, que autoriza a expedição do **Ato de Alerta nº 02/2026/TCMPA**, com subscrição pelo Exmo. Conselheiro-Presidente Lúcio Dutra Vale, aos Poderes Públicos Municipais dos 144 (cento e quarenta e quatro)



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

municípios do Estado do Pará, sob jurisdição desta Corte de Contas.

**RESOLVE:**

**ALERTAR** os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Prefeitos(as), Presidentes de Câmaras, demais responsáveis pelas unidades gestoras do município e, ainda, os(as) responsáveis pelos Setores/Departamentos de Contabilidade e Controle Interno dos Poderes Públicos Municipais, sobre a obrigatoriedade do correto e detalhado registro dos subelementos de despesa relativas aos gastos de pessoal nas remessas mensais encaminhadas a esta Corte de Contas, orientando para a adoção das seguintes medidas administrativas:

- 1. Assegurar** que os sistemas de contabilidade, folha de pagamento e recursos humanos utilizados pelo município estejam parametrizados e aptos a registrar e exportar as despesas de pessoal com o nível de detalhamento exigido pela estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) no Anexo III da **IN nº 11/2025 TCMPA**, Classificação da Despesa Orçamentária e pelas normas deste Tribunal, incluindo todos os subelementos de despesa aplicáveis.
- 2. Promover** a capacitação contínua dos servidores dos setores de recursos humanos, contabilidade, administração e finanças para a correta classificação e registro das despesas de pessoal, garantindo a conformidade das informações prestadas.
- 3. Instruir** os setores competentes a realizarem uma revisão imediata dos procedimentos internos de lançamento da despesa de pessoal, a fim de adequá-los às exigências de detalhamento que serão mandatórias para a geração das remessas mensais a partir do exercício de 2026.
- 4. Orientar** as Secretarias Municipais e demais Unidades Gestoras Municipais, em especial as de Administração e Finanças, quanto à observância estrita dos entendimentos vinculantes fixados pelo Tribunal, adotando medidas de controle interno preventivo para evitar a remessa de dados incompletos ou inconsistentes.
- 5. Fortalecer** os mecanismos de controle interno para prevenir a remessa de informações incompletas, inconsistentes ou em desacordo com as normas contábeis aplicáveis.

A inobservância dos corretos registros contábeis, na forma estabelecida neste Ato, implicará:

- I - a impossibilidade de geração e encaminhamento das remessas mensais, na forma prescrita pelo art. 1º, da **IN nº 11/2025 TCMPA**;
- II - a caracterização de descumprimento de normas e decisões do Tribunal Pleno, com efeito vinculante;
- III - a sujeição de apuração de responsabilidade e sancionamento, no âmbito dos processos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

Este ato de alerta possui caráter preventivo e orientador, **não demandando resposta formal por parte dos gestores**, mas sim seu integral cumprimento.

**Publique-se e cumpra-se.**

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,**  
27 de janeiro de 2026.

**LÚCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente/TCMPA

**GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA****DECISÃO MONOCRÁTICA****CONS. DANIEL LAVAREDA****DECISÃO MONOCRÁTICA DA VICE-PRESIDÊNCIA****(JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO)**

**Processo nº:** 1.063002.2022.2.0012

**Processo Apensado:** 063002.2022.2.000 e 1.063002.2022.2.0013

**Classe:** Recurso Ordinário

**Procedência:** Câmara Municipal de Rio Maria

**Responsável:** Devair Geralda Reis

**Advogados:** Vitor Nakano dos Reis (OAB/PA nº 39.383) e Wagner T. Vieira Carneiro (OAB/PA nº 14.262)

**Decisão Recorrida:** Acórdão nº 48.005/2025

**Assunto:** Contas Anuais de Gestão

**Exercício:** 2022

Tratam os autos de **Recurso Ordinário**, interposto pelo Sr. **DEVAIR GERALDA REIS**, responsável legal pelas contas anuais da **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MARIA**, exercício financeiro de **2022**, com arrimo no **art. 81, caput, da LC nº 109/2016 c/c art. 604 e seguintes, do RITCM-PA (Ato 23)**, contra a decisão contida no **Acórdão nº 48.005 de 19/06/2025**, sob relatoria d(a) Exmo(a). Conselheiro(a) *Ann Pontes, in verbis*:

**ACÓRDÃO Nº 48.005****PROCESSO Nº 063002.2022.2.000**

**Município:** Rio Maria

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal

**Exercício:** 2022

**Interessado(s):** Devair Geralda Reis (Presidente) CPF Nº 989.848.702-00

**Instrução:** 1ª Controladoria

**Assunto:** Prestação de Contas de Gestão

**MPCM/PA:** Procurador Marcelo Fonseca Barros

**Relatora:** Conselheira Ann Pontes

**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO. CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MARIA. EXERCÍCIO 2022.

I. Ao final da instrução processual, restaram as seguintes falhas:



<https://www.tcmpa.tc.br/>



Consultar via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>



1) Foram concedidas diárias, sem a comprovação do efetivo deslocamento, bem como sem a devida demonstração da necessidade ou interesse público, caracterizando complementação salarial, é considerada falha grave, maculando as contas.

2) Foram constatadas irregularidades em processos licitatórios analisados; 3) Descumprimento da Lei de Acesso à Informação, conforme consta no Relatório Técnico de Diagnóstico de Atendimento da Matriz Única da Transparência Pública Municipal, relativo ao exercício financeiro de 2022, no qual se constatou que a Unidade Gestora alcançou o percentual de 79,56% de atendimento às obrigações previstas na referida matriz. Falhas dessa natureza não comprometem a regularidade das contas, mas sujeita o Ordenador à aplicação de multa, II. Pela irregularidade das contas. Recolhimento ao Erário Municipal. Multas ao Fumreap.

Encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual. Medida Cautelar.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão do Plenário, realizado nesta data e nos termos do relatório e proposição de voto da Conselheira Relatora:

DECISÃO:

I. VOTAM, nos termos do art. 45, inciso III, alíneas “b e c”, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela IRREGULARIDADE das Contas da Câmara Municipal de Rio Maria, referente ao exercício financeiro de 2022, sob a responsabilidade do Sr. Devair Geralda Reis.

II. Deverá o Ordenador recolher, em favor do Erário Municipal, a importância de R\$-162.780,00 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e oitenta reais), devidamente corrigida monetariamente, no prazo de 60 (sessenta) dias, na forma do art. 48 da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, em razão do pagamento irregular de diárias, com fundamento no art. 698, inciso I, alínea “a” do RI/TCMPA, bem como em decisões consolidadas do Pleno desta Corte de Contas (Acórdão nº 40.128/2020; Acórdão nº 40.129/2020; Acórdão nº 40.006/2021; Acórdão nº 40.668/2021; Acórdão nº 40.128/2021; Acórdão nº 38.223/2021; Acórdão nº 38.224/2021).

III. Deverá o Ordenador, ainda, recolher ao fundo de modernização, reaparelhamento e aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM-PA, instituído pela lei nº 7.368/2009, de 29/12/2009, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsão do art. 695, caput, do RI/TCM-PA, título de multas, os seguintes valores:

1) 600 (seiscentas) UPF's-PA, com fundamento no art. 698, inciso IV, alínea “b” do RI/TCM-PA, pelas falhas constatadas em processos licitatórios, em descumprimento à IN nº 022/2021 do TCM-PA c/c a Lei nº 8.666/1993;

2) 300 (trezentas) UPF's-PA, com fundamento no art. 698, inciso IV, alínea “b” do RI/TCM-PA, pelo descumprimento da Lei de Acesso à Informação, conforme consta no Relatório Técnico de Diagnóstico de Atendimento da Matriz Única da Transparência Pública Municipal, relativo ao exercício financeiro de 2022, no qual se constatou que a Unidade Gestora alcançou o percentual de 79,56% (setenta e nove vírgula cinquenta e seis por cento) de atendimento às obrigações previstas na referida matriz.

IV. Fique desde já CIENTE o Ordenador que o não recolhimento das multas aplicadas, na forma e nos prazos fixados, após o trânsito em julgado da presente decisão, resultará nos acréscimos decorrentes de mora, nos termos do art. 703, incisos I a III, do RI/TCM-PA e, ainda, no caso de não atendimento das referidas determinações, fica à Secretaria-Geral/TCM-PA autorizada a proceder com os trâmites necessários para o efetivo protesto e execução do título, na forma regimental

V. Solicitam, por fim, à Secretaria-Geral do TCM-PA o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado, na forma do art. 509 do RI/TCM-PA, para que este Órgão fiscalizador ajuíze as ações que entender pertinentes.

**Sala de sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará em 19 de junho de 2025.**

Os autos recursais foram autuados neste TCMPA em **15/10/2025** e encaminhados à Vice-Presidência, como indicam os autos.

Nos termos do **inciso II do art. 16 da LC nº 109/2016<sup>1</sup>**, com redação estabelecida na forma da **LC nº 156/2022**, recai a competência ao Vice-Presidente do Tribunal para fixar o juízo de admissibilidade dos Recursos Ordinários interpostos em desfavor das decisões colegiadas.

Após análise de admissibilidade do presente **Recurso Ordinário**, foi proferida **Decisão Interlocutória**, disponibilizada no **D.O.E do TCM-PA nº 2.070 de 17/11/2025**, concedendo **prazo de 10 (dez) dias**, conforme entendimento desta Vice-Presidência e de acordo com o **art. 582, § 2º e 3º do RITCM-PA (Ato 23)**, para que o **Recorrente** procedesse à emenda da peça recursal, saneando a irregularidade citada, qual seja, a não apresentação de todos os dados necessários para a completa qualificação do **Recorrente**, sob pena de não conhecimento.

Em **18/11/2025**, o **Recorrente** encaminhou emenda a peça recursal, conforme disposto na citada decisão interlocutória, protocolada neste TCMPA sob o processo nº **1.063002.2022.2.0013**, apensado aos presentes autos.

Em seguida, os presentes autos retornaram a esta Vice-Presidência para a continuidade da apreciação de admissibilidade deste Recurso Ordinário.

É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCMPA, nos seguintes termos:



## 1. DO CABIMENTO

Dispõe o **caput** e §2º do art. 81 da LC nº 109/2016<sup>2</sup> c/c art. 604, IV do RITCM-PA (Ato 23)<sup>3</sup> que o Recurso Ordinário é cabível para anulação, reforma total ou parcial das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno ou pela Câmara Especial de Julgamento, nos processos sob sua competência e jurisdição na forma legal e constitucional vigente.

Observa-se, portanto, que o **Recorrente** visa a alteração dos termos da decisão proferida junto aos autos processuais já referidos, sob os quais lhes foi imputada responsabilidade sancionatória. Assim, resta evidente o atendimento do requisito de admissibilidade recursal em comento.

Quanto aos efeitos com os quais o Recurso Ordinário será recebido, dispõe o inciso I do art. 585 do RITCM-PA<sup>4</sup> que o mesmo será recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, exclusivamente quanto à matéria recorrida, exceto nos casos em que interposto contra decisão em processo relacionado à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como em desfavor de determinação de aplicação de medidas cautelares, hipóteses em que serão recebidos apenas em seu efeito devolutivo.

No caso dos autos, a matéria recorrida admite a incidência do duplo efeito (suspensivo e devolutivo), conforme disposto na forma regimental.

## 2. DA LEGITIMIDADE

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo §2º, do art. 79 da LC nº 109/2016<sup>5</sup> c/c art. 580, §1º do RITCMPA<sup>6</sup>.

No caso em tela, verifica-se que o **Recorrente**, ordenador responsável pelas contas anuais da **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MARIA**, durante o exercício financeiro de **2022**, alcançados pela decisão constante no **Acórdão nº 48.005/2025**, estando, portanto, amparado pelos dispositivos legais citados, para interpor o presente **Recurso Ordinário**.

## 3. DA TEMPESTIVIDADE

Dispõe o §1º do art. 81 da LC nº 109/2016<sup>7</sup> c/c art. 604, §1º do RITCM-PA (Ato 23)<sup>8</sup>, que o **Recurso Ordinário** poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, a qual se dá com a publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA.

A partir da análise das normativas mencionadas, observa-se que a decisão guerreada fora devidamente disponibilizada no **D.O.E do TCM-PA nº 2.029, de 12/09/2025 (sexta-feira)**

e publicada no dia **15/09/2025 (segunda-feira)**, ao que se estabelece o prazo máximo para interposição do recurso, até a data de **15/10/2025 (quarta-feira)**.

Conforme consta dos autos eletrônicos, o presente recurso foi protocolado no TCMPA em **15/10/2025 (quarta-feira)**.

Destarte, o presente **Recurso Ordinário** encontra-se dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 69, inciso V da LC nº 109/2016<sup>9</sup> c/c art. 586, **caput**, do RITCMPA (Ato 23)<sup>10</sup>,

atendendo o requisito de tempestividade no que consigno, portanto, sua tempestividade.

**4. DOS DEMAIS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE CONSTANTES NAS NORMATIVAS DO TCMPA E DO ATENDIMENTO DA COMPLEMENTAÇÃO DA PEÇA RECURSAL PELO RECORRENTE** Não obstante a análise jurídica, para fins de admissibilidade recursal, usualmente centrar-se no preenchimento de requisitos objetivos, quais sejam, o do cabimento, da legitimidade e da tempestividade, é necessário observar que as normativas do TCMPA explicitam outros requisitos essenciais para o regular conhecimento dos recursos:

**LC nº 109/2016 – Art. 80.** Os recursos previstos nesta Lei, deverão obedecer aos seguintes requisitos formais:

I - Interposição por escrito;

II - Apresentação dentro do prazo;

**III - Qualificação indispensável à identificação do recorrente, inclusive com a indicação do endereço e domicílio, devidamente atestado com a juntada de comprovante do mesmo;**

IV - Formulação do apelo com clareza, com indicação da(s) norma(s) violada(s) pela decisão; da falha formal ou material devolvida e comprovação dos fatos alegados.

**RITCM-PA (Ato 23) – Art. 582.** Os recursos deverão observar os seguintes requisitos de admissibilidade:

I – interposição por escrito;

II – apresentação dentro do prazo;

**III - qualificação indispensável à identificação do recorrente, inclusive com a indicação do endereço e domicílio atualizados, devidamente atestado com a juntada de comprovantes dos mesmos, em especial:**

**a) nome Completo;**

**b) número do RG ou documento equivalente;**

**c) número de inscrição no CPF/MF;**

**d) endereço Completo (Rua/Travessa/Avenida; número da unidade;**

**Bairro; Cidade, Estado e CEP);**

**e) endereço eletrônico.**

IV - assinatura por quem tenha legitimidade para fazê-lo;

V - formulação do apelo com clareza, com indicação da(s) norma(s) violada(s) pela decisão; da falha formal ou material devolvida e comprovação dos fatos alegados.

(...)

(Grifo nosso)

Entretanto, ao examinar-se a peça recursal dos presentes autos, verificou-se que não foram apresentados todos os dados necessários para a completa qualificação do **Recorrente**, especialmente a indicação de seus documentos de identificação, de seu endereço e domicílio atualizados (com os comprovantes dos mesmos) e de seu endereço eletrônico.



Essa falha formal constitui vício sanável, porém cuja correção é essencial para o regular prosseguimento do processo. De fato, a critério deste Vice-Presidente – como o Conselheiro competente para exercer o juízo monocrático de admissibilidade de recurso ordinário –, foi oferecida ao **Recorrente** a oportunidade de saneamento da irregularidade, no **prazo de 10 dias, sob pena de não conhecimento do recurso**, segundo o disposto no Regimento Interno desta Corte de Contas, *in verbis*:

RITCM-PA (Ato 23) - Art. 582. Os recursos deverão observar os seguintes requisitos de admissibilidade: (...)

**§ 2º Quando o recurso não preencher aos requisitos estabelecidos neste artigo, exceto quanto à tempestividade, o Presidente ou o Conselheiro Relator poderá facultar ao interessado, no prazo de 10 (dez) dias, a oportunidade de saneamento da irregularidade, comunicando-o através de:**

a) publicação junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, quando o mesmo estiver assistido por procurador ou na hipótese de não indicar endereço atualizado, com a devida comprovação, nos termos do inciso III, deste artigo;

b) comunicação postal, através de AR, quando o mesmo não estiver assistido por procurador e indicar endereço atualizado, com a devida comprovação documental, nos termos do inciso III, deste artigo. § 3º Comunicado o interessado e/ou seu procurador, nos termos do § 2º, deste artigo, o não saneamento da irregularidade apontada ensejará a inadmissibilidade do apelo, na forma regimental.

**§ 3º Comunicado o interessado e/ou seu procurador, nos termos do § 2º, deste artigo, o não saneamento da irregularidade apontada ensejará a inadmissibilidade do apelo, na forma regimental.**

(Grifo nosso)

A devida decisão interlocutória foi disponibilizada no **D.O.E do TCM-PA nº 2.070 de 17/11/2025 (segunda-feira)** e publicada no dia **18/11/2025 (terça-feira)**, ao que se estabeleceria o prazo máximo para a emenda da peça recursal até a data de **28/11/2025 (sexta-feira)**.

Em **18/11/2025**, o **Recorrente** encaminhou emenda a peça recursal, conforme disposto na citada decisão interlocutória, protocolada neste TCMPA sob o processo nº **1.063002.2022.2.0013**, apensado aos presentes autos.

O **Recorrente** complementou sua qualificação, com a indicação dos números de seus documentos de identificação (CPF e RG), de sua residência e domicílio (com comprovante) e de seu endereço eletrônico, de acordo com os requisitos do **art. 582 do RITCM-PA (Ato 23)**.

Dessa forma, observa-se que o **Recorrente** atendeu o exigido no **Regimento Interno (Ato 23)** desta Corte de Contas, assim considero **atendido os requisitos regimentais de admissibilidade** destacados.

## 5. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **ADMITO** o presente **RECURSO ORDINÁRIO**, em seu duplo efeito – **devolutivo e suspensivo** – nos termos do **inciso II, do art. 16 c/c §2º do art. 81 da LC nº 109/2016**, exclusivamente quanto à matéria recorrida, consignada junto ao **Acórdão nº 48.005/2025**.

Por conseguinte, determino a remessa dos presentes autos à Secretaria-Geral, para a competente publicação desta decisão junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, na forma legal e regimental e subsequentes providências.

**Belém-PA, em 27 de janeiro de 2026.**

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

Conselheiro / Vice-Presidente do TCMPA

<sup>1</sup> **Art. 16.** Compete ao Vice-Presidente, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno: (...) II –exercer juízo monocrático de admissibilidade de recurso ordinário, na forma regimental;

<sup>2</sup> **Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras. (...) § 2º O recurso ordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, quanto à matéria

recorrida, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo.

<sup>3</sup> **Art. 604.** Cabe recurso ordinário das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno e Câmara Especial, com efeito suspensivo do cumprimento do Acórdão ou Resolução recorridos e, interruptivo dos demais prazos recursais, objetivando a anulação, reforma parcial ou total destas, destacadamente, vinculadas à: (...) IV - nos processos de registro de pessoal e nos casos de aposentadoria e pensão;

<sup>4</sup> **Art. 585.** Os recursos serão recebidos: I - em ambos os efeitos, quando se tratar de recurso ordinário, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo;

<sup>5</sup> **Art. 79.** Das decisões do Tribunal cabem os seguintes recursos: (...) § 2º Possuem legitimidade, para interposição dos recursos previstos neste artigo, os responsáveis, os interessados e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

<sup>6</sup> **Art. 580, §1º.** Possuem legitimidade, para interposição dos recursos previstos neste artigo, os responsáveis, os interessados e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

<sup>7</sup> **Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras. § 1º O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de trinta dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM-PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

<sup>8</sup> **Art. 604.** Cabe recurso ordinário das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno e Câmara Especial, com efeito suspensivo do cumprimento do Acórdão ou Resolução recorridos e, interruptivo dos demais prazos recursais, objetivando a anulação, reforma parcial ou total destas, destacadamente, vinculadas à: (...) § 1º O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

<sup>9</sup> **Art. 69.** Os prazos referidos nesta Lei, contam-se a partir da data: (...) V - Correspondente ao primeiro dia útil seguinte, à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM-PA;



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

<sup>10</sup> Art. 586. O prazo para interposição dos recursos será computado a partir do primeiro dia útil subsequente da data em que as partes são intimadas da decisão, através da publicação do Acórdão ou Resolução, no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA.

**DECISÃO MONOCRÁTICA DA VICE-PRESIDÊNCIA  
(JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO)**

**Processo nº:** 1.042397.2021.2.0008

**Classe:** Recurso Ordinário

**Procedência:** Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Marabá - IPASEMAR

**Responsável/Presidente:** Nilvana Monteiro Sampaio Ximenes

**Assessora Jurídica:** Sâmara Cardoso Sá (OAB/PA 22.689)

**Interessada:** Eliane da Silva Silva

**Decisão Recorrida:** ACORDÃO Nº 48.647/2025

**Assunto:** Aposentadoria

**Exercício:** 2021

Tratam os autos de **Recurso Ordinário**, interposto pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ - IPASEMAR**, exercício financeiro **2021**, por intermédio de sua Diretora Presidente Sra. **NILVANA MONTEIRO SAMPAIO XIMENES**, com arrimo no art. 81, caput, da LC nº 109/2016 c/c art. 604 e seguintes do RITCM-PA (Ato 23), contra a decisão contida no **ACORDÃO Nº 48.647 de 17/11/2025**, que firmou posição negativa de registro de aposentadoria da Sra. **ELIANE DA SILVA SILVA**, sob relatoria do Exmo. Conselheiro-Substituto *José Alexandre Cunha Pessoa*, in verbis:

**ACÓRDÃO Nº 48.647**

**Processo nº:** 202132075-00 de 09/07/2021

**Município:** Marabá – Pa

**Unidade Gestora:** Instituto de Previdência Social do Município de Marabá – IPASEMAR

**Ordenadora responsável:** Nilvana Monteiro Sampaio Ximenes – CPF 899.325.362-53

**Interessada:** Eliane da Silva Silva – CPF 222.509.642-20

**Assunto:** Aposentadoria

**Relator:** Conselheiro Substituto José Alexandre Cunha Pessoa

**MPCM/PA:** Procuradora Elizabeth Massoud Salame da Silva

**Exercício:** 2021

**EMENTA:** PESSOAL. APOSENTADORIA. MARABÁ. PROFESSOR. ANÁLISE ORDINÁRIA. MANIFE STAÇÃO DO NAP E MPCM PELA NEGATIVA DE REGISTRO. INGRESSO NO CARGO DE NÍVEL MÉDIO E APOSENTADORIA NO CARGO DE NÍVEL SUPERIOR. PREVISÃO EM LEIS MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INTERPRETAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ATO ANTERIOR À REFORMA PREVIDENCIÁRIA MUNICIPAL. CUMPRIDOS OS REQUISITOS DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. PROVENTOS INCORRETOS. CONCESSÃO ILEGAL DO ADICIONAL DE CLASSE ESPECIAL. NEGATIVA DE REGISTRO. DETERMINAÇÕES.

**I – CONTEXTO FÁTICO**

1. Progressão de cargo público de nível médio para nível superior sem a realização de concurso público. 2. Acumulação das parcelas de Adicional de Classe – 15% e Adicional de Desempenho – 35%.

**II – QUESTÃO JURÍDICA**

3. Determinar se a progressão de cargo de nível médio para superior fere a regra do Concurso Público, prevista no art. 37, II da Constituição Federal.

4. Verificar a possibilidade de acumulação entre as parcelas de Adicional de Classe e Adicional de Desempenho.

**III – ENTENDIMENTO E FUNDAMENTO**

5. Este Tribunal de Contas reconhece a concessão de progressão funcional dos profissionais do magistério que ingressam em concurso público de nível médio e se aposentam no cargo de nível superior.

6. A mudança de classe de professor, dentro da mesma carreira, de acordo com a obtenção de graus mais elevados de formação profissional, não viola o art. 37 da Constituição Federal, pois não se trata de ascensão funcional, nem qualquer forma vedada de provimento derivado, conforme interpretação do STF no RE 1226148.

7. Conclui-se pela impossibilidade de acumulação das parcelas de Adicional de Classe de 15% com o Adicional de Desempenho de 35%, uma vez que ambas se referem ao mesmo fato gerador e possuem a mesma forma de remuneração e, juntas, ultrapassam o limite de progressão da carreira. 8. Acórdão nº 45.700 de 9 a 13/09/2024.

**IV. CONCLUSÃO**

9. Pela Negativa de Registro do ato de inativação. Determinações ao Presidente do Instituto de Previdência.

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros Substitutos integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão Virtual (Eletrônica), realizada nesta data, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Substituto Relator:

**DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos os autos, ACORDAM os Conselheiros Substitutos integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão Virtual (Eletrônica), realizada nesta data, e nos termos do Relatório e Voto do Conselheiro Substituto Relator:

**DECISÃO:**

I – Considerar ilegal e negar registro à Portaria nº 81 de 21/05/2021, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Marabá – IPASEMAR, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição e idade à servidora Eliane da Silva e Silva, no cargo de Professor CI, com proventos



<https://www.tcmpa.tc.br/>



Consultar via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>



*integrais no valor de R\$ 9.848,79 (nove mil oitocentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos), com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 180 da Lei Municipal nº 17.756/2016, em razão da concessão ilegal de Adicional de Classe Especial;*

*II – Determinar a não suspensão do pagamento do valor total dos proventos, com base no art. 672, parágrafo único do Regimento Interno TCM-PA, tendo em vista que não há questionamento quanto ao direito de a servidora inativar-se pela regra declarada, mas tão somente da parcela de adicional de classe especial, ilegalmente concedida;*

*III – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para remessa eletrônica de novo ato livre das falhas apontadas, especificamente a retificação do percentual do Adicional por Tempo de Serviço, contados a partir da publicação desta decisão, nos termos dos arts. 672 e 674 do RITCM-PA, Instrução Normativa nº 08/2021 e Nota Técnica nº 01/2021 do TCM-PA e Resolução nº 18/2018 TCM-PA;*

*IV – Determinar ao Instituto de Previdência de Marabá que dê ciência desta decisão à interessada para que, querendo, adote as medidas administrativas e judiciais que entender cabíveis.*

**Sessão Eletrônica da Câmara Especial do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 17 a 19 de novembro de 2025**

Os autos recursais foram autuados neste TCM-PA em **06/01/2026** e encaminhados a esta Vice-Presidência, como indicam os autos. Nos termos do **inciso II do art. 16 da LC nº 109/2016<sup>1</sup>**, com redação estabelecida na forma da LC nº 156/2022, recai a competência ao Vice-Presidente do Tribunal para fixar o juízo de admissibilidade dos Recursos Ordinários interpostos em desfavor das decisões colegiadas.

**É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, nos seguintes termos:**

### 1. DA LEGITIMIDADE

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo **§2º, do art. 79 da LC nº 109/2016<sup>2</sup>**.

No caso em tela, verifica-se que o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – IPASEMAR**, responsável pela emissão do ato de aposentadoria que teve negativa de registro, no âmbito do TCM-PA

(**Acórdão nº 48.647/2025**), fez-se representar pela Assessora Jurídica do Instituto (Dra. **SÂMARA CARDOSO SÁ**), o qual se vê legitimar pela juntada de poderes conferidos pela responsável legal (Sra. **NILVANA MONTEIRO SAMPAIO XIMENES**), estando, portanto, amparada pelo dispositivo legal citado, para interpor o presente **Recurso Ordinário**.

### 2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO

Dispõe o **§1º do art. 81 da LC nº 109/2016<sup>3</sup> c/c art. 604, §1º do RITCM-PA (Ato 23)<sup>4</sup>**, que o **Recurso Ordinário** poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, a qual se dá com a publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.

A partir da análise das normativas mencionadas, observa-se que a decisão guerreada fora devidamente disponibilizada no **D.O.E do TCM-PA nº 2.080, de 02/12/2025 (terça-feira)** e publicada no dia **03/12/2025 (quarta-feira)**.

Considerando a **Portaria nº 01/2025/TCM/PA**, a qual dispõe sobre o expediente para o exercício de **2025**, o recesso forense anual deste TCM/PA ocorreu de **22/12/2025 a 05/01/2026**, com a consequente suspensão dos prazos recursais (**art. 68, §3º, da LC nº 109/2016**), a contagem do prazo recursal retomou em **06/01/2026**, ao que se estabelece o prazo máximo para interposição do recurso, até a data de **19/01/2026 (segunda-feira)**.

Conforme consta dos autos eletrônicos, o presente recurso foi protocolado no TCM-PA, em **06/01/2026 (segunda-feira)**.

Destarte, o presente **Recurso Ordinário** encontra-se dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do **art. 69, inciso V da LC nº 109/2016<sup>5</sup> c/c art. 586, caput, do RITCM-PA**

(**Ato 23**)<sup>6</sup>, no que consigno, portanto, sua **tempestividade**.

Quanto ao cabimento do apelo, constata-se que o mesmo encontra amparo legal no **caput e §2º do art. 81 da LC nº 109/2016<sup>7</sup> c/c inciso I, do art. 585 do RITCM-PA (Ato 23)<sup>8</sup>**, razão pela qual, desde que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade pelo presente **Recurso Ordinário**, cabe sua admissibilidade e apreciação **exclusivamente no efeito devolutivo** quanto a matéria recorrida, haja vista encerrar debate em autos de aposentadoria.

### 3. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **ADMITO** o presente **RECURSO ORDINÁRIO**, exclusivamente em seu **efeito devolutivo** – nos termos do **inciso II, do art. 16 c/c §2º do art. 81 da LC nº 109/2016**, quanto a matéria recorrida, consignada junto ao **ACORDÃO Nº 48.647/2025**.

Por conseguinte, determino a remessa dos presentes autos à Secretaria-Geral, para a competente publicação desta decisão junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo **§3º do art. 81 da LC nº 109/2016<sup>9</sup>**.

**Belém-PA, em 27 de janeiro de 2026.**

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Conselheiro / Vice-Presidente do TCM-PA

<sup>1</sup> Art. 16. Compete ao Vice-Presidente, além de outras atribuições previstas no Regimento Interno: (...) II – exercer juízo monocrático de admissibilidade de recurso ordinário, na forma regimental;



**2º Art. 79.** Das decisões do Tribunal cabem os seguintes recursos: (...) § 2º Possuem legitimidade, para interposição dos recursos previstos neste artigo, os responsáveis, os interessados e o Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

**3º Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras. § 1º O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de trinta dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial do Estado ou Diário Eletrônico do TCM-PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

**4º Art. 604.** Cabe recurso ordinário das decisões proferidas pelo Tribunal Pleno e Câmara Especial, com efeito suspensivo do cumprimento do Acórdão ou Resolução recorridos e, interruptivo dos demais prazos recursais, objetivando a anulação, reforma parcial ou total destas, destacadamente, vinculadas à: (...) § 1º O recurso ordinário será interposto por escrito, uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, dirigido ao Presidente, que determinará o seu processamento, se atendidos os pressupostos de admissibilidade.

**5º Art. 69.** Os prazos referidos nesta Lei, contam-se a partir da data: (...) V - Correspondente ao primeiro dia útil seguinte, à data de publicação, quando a intimação se der pelo Diário Oficial do Estado ou Diário

Eletrônico do TCM-PA;

**6º Art. 586.** O prazo para interposição dos recursos será computado a partir do primeiro dia útil subsequente da data em que as partes são intimadas da decisão, através da publicação do Acórdão ou Resolução, no Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA.

**7º Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras. (...) § 2º O recurso ordinário será recebido nos efeitos suspensivo e devolutivo, quanto à matéria recorrida, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo.

**8º Art. 585.** Os recursos serão recebidos: I - em ambos os efeitos, quando se tratar de recurso ordinário, salvo se interposto contra decisão em processo relativo à aposentadoria, reforma ou pensão, bem como, contra determinação de medidas cautelares, hipóteses em que será recebido apenas no efeito devolutivo;

**9º Art. 81.** Cabe recurso ordinário para anulação, reforma parcial ou total das decisões do Tribunal Pleno ou das Câmaras. (...) § 3º O recurso ordinário será apreciado pelo Tribunal Pleno e sua distribuição não poderá recair sob o Relator da decisão recorrida.

## GABINETE DE CONSELHEIRO

### DECISÃO MONOCRÁTICA

#### CONS. DANIEL LAVAREDA

#### DECISÃO CAUTELAR MONOCRÁTICA

PROCESSO Nº 1.017001.2025.2.0089

MUNICÍPIO: Bragança

EXERCÍCIO: 2025

ORDENADOR: Mario Ribeiro Da Silva Júnior - Prefeito Municipal

ASSUNTO: Decisão Cautelar Monocrática

PROCEDÊNCIA: Fatos identificados em apuração da 5ª Controladoria

RELATOR: Conselheiro Daniel Lavareda

#### INTRODUÇÃO.

Por provocação da área técnica da 5ª Controladoria de Controle Externo, este Conselheiro emitiu medida cautelar em desfavor do Sr. Mario Ribeiro Da Silva Júnior, prefeito de Bragança, pela ausência de publicação no mural de licitações dos contratos:

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20230412 - Dispensa de Licitação nº 7/2023-08.02.001	Jorge Fernando da Costa (CPF 105.918.182-72.)	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20230412 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original.	Aditivo relativo à prorrogação de prazo
Contrato nº 20250067	Mednordeste Comercio de Medicamentos Ltda	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE NO MUNICIPIO DE BRAGANÇA/PA	R\$ 169.059,50
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20250067	Mednordeste Comercio de Medicamentos Ltda	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PRONTA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE NO MUNICIPIO DE BRAGANÇA/PA	R\$ 169.059,50
Contrato nº 20250760	Furtado Souza Empreendimentos Ltda	LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA GERSON ALVES GUIMARAES, CENTRO DE REFERENCIA DE ATENDIMENTO TERAPEUTICO E EDUCACIONAL ESPECIAL MOENDY AKÃ E CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 710.150,00



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

1º termo aditivo do contrato de nº 20240516 do pregão nº 9.2025-076	Mauro Macedo Oliveira	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20240516 por 12 meses, nas mesmas condições propostas no contrato original	R\$ 99.840,00
1º termo aditivo do contrato nº 20240515 do pregão nº 9.2025-076	TATIANE LIMAALVES	Prorrogação do prazo de vigências do contrato nº 20240515 por 12 meses, nas mesmas condições propostas do contrato original	R\$ 99.840,00
PREGÃO Nº 9.2025-011 (20250464)	J da Silva Matos.	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de consultas médicas e realização de exames laboratoriais, cardiológicos e de imagem para atendimento de forma complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS, afim de atender as necessidades da Secretaria de Saúde do município de Bragança/PA.	R\$ 872.947,64
Contrato nº 20230937	Eclosão Empreendimentos Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20230937 por 06 (Seis) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original	Não encontrado
Inexigibilidade nº 6/2023-16.05.001 (2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20231066)	Govti Conexão E Solução Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20231066 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original.	Não encontrado
Contrato nº 20250482 REFERENTE AO PREGÃO Nº 9.2025-034	M. Abreu Lima Comercio e Padaria e Confeitaria Ltda	Registro de preço para futura e eventual aquisição de produtos de panificação, lanches e refrigerantes, destinados as necessidades da Secretaria de Trabalho e Promoção Social do Município de Bragança/PA.	R\$ 145.250,00
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20230872	Obras Sociais da Diocese de Bragança	Locação de imóvel urbano para o funcionamento da escola gerson alves guimaraes, centro de referencia de atendimento terapeutico e educacional especial moendy akã e conselho municipal de educação, a fim de atender as necessidades da secretaria municipal de educação	R\$ 174.763,56
3º Termo Aditivo ao Contrato nº 20220975	Pinheiro & Silva Informatica Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20220975 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original.	R\$ 209.398,56
Contrato nº 20220926	Avanti Construções e Serviços Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20220926 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original	Não encontrado
Tomada de Preço nº 2/2022-002 (3º Termo Aditivo ao Contrato nº 20220926)	Avanti Construções e Serviços Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20220926 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original.	Não encontrado
INEX. 6.2023-02.03.001 (2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20230786)	R P M Soluções Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20230786 por 12 (Doze) meses	Não encontrado
Pregão Eletrônico nº 9.2023-006 (2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20230663)	T M S Dias Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20230663 por 12 (Doze) meses	Não encontrado
Pregão Eletrônico nº 9/2023-006 (2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20230660)	COSTA E PAES LTDA	Contratação de empresa especializada para serviços de publicação em jornais oficiais e de grande circulação, a fim de atender as necessidades da prefeitura municipal de bragança, suas secretarias e fundos municipais (SEMADS, SEGAB, SEFIN, SEPLAN, SEMAGRI, SEMMA, SEMAP, SETUR, SECULD, SINFRA E SEMED)	Não encontrado
3º Termo Aditivo ao Contrato nº 20220722 - Dispensa de Licitação nº 7/2022-08.03.001	Almira Lucia Martins Gama (CPF: 442.737.382-87.)	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20220722 por 12 (Doze) meses	Não encontrado
INEX. 6/2024-21.02.001 (1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240407)	Eliana Maria Ferreira Silva	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20240407 por 12 (Doze) meses. Modalidade: Inexigibilidade nº 6/2024-21.02.001.	Não encontrado
Tomada de Preço nº 2.2023-016 (2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240306)	ELS Aguiar Locações e Construções Ltda	Prorrogação de prazo de vigência	Não encontrado
5º Termo Aditivo ao Contrato nº 20200410	Domingos Monteiro Moreira	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20200410 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original.	Não encontrado
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20231147	Adilson Alves Lima	Não encontrado	Prorrogação de prazo
Contrato nº 20250848 fererente ao PREGÃO Nº 9.2025-090	Sentinelas Pesca e Camping Ltda CNPJ nº 34.562.396/0001-82	Registro de preço para futura e eventual contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e fardamentos para os agentes municipais (DEMUTRAN, GCM e DEFESA CIVIL), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Bragança/PA.	R\$ 115.718,30
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240313	WD Comercio e Serviços Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20240313 por 180 (cento e oitenta) dias, nas mesmas condições propostas no contrato original	Não encontrado
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240315	G F Engenharia Ltda	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20240315 por 180 (cento e oitenta) dias, nas mesmas condições propostas no contrato original.	Não encontrado
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240525 REFERENTE A Inexigibilidade nº 6/2024-24.06.001	Maria de Lourdes Nascimento da Silva	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20240525 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original.	Aditivo relativo a prorrogação de prazo


<https://www.tcmpa.tc.br/>


↩ Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

Contrato nº 20250918	G L Mana Comercio e Serviços Ltda	contratação de empresa para aquisição de veículos do tipo pick-up (cabine dupla), a fim de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social do município de Bragança/PA	R\$ 243.811,00
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240609	Gessonilde Assunção Almeida	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20240609 por 12 (Doze) meses, nas mesmas condições propostas no contrato original.	Não encontrado
3º Termo Aditivo ao Contrato nº 20220722 - Dispensa de Licitação nº 7/2022-08.03.001	Almira Lucia Martins Gama (CPF: 442.737.382-87.)	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20220722 por 12 (Doze) meses	Não encontrado
INEX. 6/2024-21.02.001 (1º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240407)	Eliana Maria Ferreira Silva	Prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 20240407 por 12 (Doze) meses. Modalidade: Inexigibilidade nº 6/2024-21.02.001.	Não encontrado

Sendo assim, recebi manifestação da prefeitura de Bragança comprovando as publicações dos itens dispostos acima.

É o Relatório.

REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR MONOCRÁTICA.

Instado no decisório a cumprir a obrigação de publicar os procedimentos contratuais, no prazo de 05 (cinco dias), sob pena de suspensão da execução de seus objetos, inclusive de todos os atos dele decorrentes, em especial, os que se referem a empenhos, liquidações e pagamentos de despesas, o responsável assim o fez, no prazo estipulado, conforme verificações técnicas atestando a publicação do contratos no Mural de Licitações deste Tribunal, pelo que DETERMINO A REVOGAÇÃO da Medida Cautelar em referência.

Encaminho os autos à Secretaria-Geral deste TCMPA para imediata comunicação da decisão revogatória, por meio de publicação no Diário Eletrônico do TCMPA.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR  
Conselheiro/Relator/TCMPA

DECISÃO CAUTELAR MONOCRÁTICA

PROCESSO Nº 1.017001.2025.2.0091

MUNICÍPIO: Bragança

EXERCÍCIO: 2025

ORDENADOR: Mario Ribeiro Da Silva Júnior - Prefeito Municipal

ASSUNTO: Decisão Cautelar Monocrática

PROCEDÊNCIA: Fatos identificados em apuração da 5ª Controladoria

RELATOR: Conselheiro Daniel Lavareda

INTRODUÇÃO.

Por provocação da área técnica da 5ª Controladoria de Controle Externo, este Conselheiro emitiu medida cautelar em desfavor do Sr. Mario Ribeiro Da Silva Júnior, prefeito de Bragança, pela ausência de publicação no GEOBRAS dos contratos:

2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240306	BRAGANÇA	PM	ELS Aguiar Locações e Construções Ltda	Reforma e Ampliação do Posto de Saúde do Cajueiro	337,501.44
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20240303	BRAGANÇA	PM	Eclosão Empreendimentos Ltda	Reforma dos Posto de Saúde do Centro	R\$ 596.426,61
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 20231124 REFERENTE A Tomada de Preço nº 2.2023-004	BRAGANÇA	PM	Mundial Norte Construções Ltda	Contratação de empresa especializada para Recuperação de pavimentos Asfálticos em vias, na sede do Município de Bragança - PA	R\$ 2.692.817,81
Contrato nº 20250919 referente a Concorrência Eletrônica nº 3.2025-012	BRAGANÇA	PM	A CARLOS SOUSA DA SILVA LTDA	Contratação de empresa especializada na execução da obra de construção do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), afim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Bragança/PA	R\$ 867.617,34

Sendo assim, recebi manifestação da prefeitura de Bragança comprovando as publicações dos itens dispostos acima.

É o Relatório.

REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR MONOCRÁTICA.

Instado no decisório a cumprir a obrigação de publicar os procedimentos contratuais, no prazo de 05 (cinco dias), sob pena de suspensão da execução de seus objetos, inclusive de todos os atos dele decorrentes, em especial, os que se referem a empenhos, liquidações e pagamentos de despesas, o responsável assim o fez, no prazo estipulado, conforme verificações técnicas atestando a publicação dos contratos no GEOBRAS, pelo que DETERMINO A REVOGAÇÃO da Medida Cautelar em referência.



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>



Encaminho os autos à Secretaria-Geral deste TCMPA para imediata comunicação da decisão revogatória, por meio de publicação no Diário Eletrônico do TCMPA.

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Conselheiro/Relator/TCMPA

**DECISÃO CAUTELAR MONOCRÁTICA****PROCESSO Nº 1.017001.2025.2.0088****MUNICÍPIO:** Bragança**EXERCÍCIO:** 2025**ORDENADOR:** Mario Ribeiro da Silva Júnior - Prefeito Municipal**ASSUNTO:** Decisão Cautelar Monocrática**PROCEDÊNCIA:** Fatos identificados em apuração da 5ª Controladoria**RELATOR:** Conselheiro Daniel Lavareda**INTRODUÇÃO.**

Por provocação da área técnica da 5ª Controladoria de Controle Externo, este Conselheiro emitiu medida cautelar em desfavor do Sr. Mario Ribeiro Da Silva Júnior, prefeito de Bragança, pela ausência de publicação no GEOBRAS das licitações:

Nº 3.2025-018	BRAGANÇA	PM	Contratação de empresa especializada para execução de obra de Reforma e Ampliação de 01 quadra poliesportiva na EMEF Cristiano José de Medeiros Rosa, localizada no bairro Vila Sinhá no município de Bragança/PA.
Nº 3.2025-019	BRAGANÇA	PM	Contratação de empresa especializada para execução de obra de Reforma e Ampliação de 01 quadra esportiva na EMEIF Professora Jesuina do Rosário Melo, localizada na comunidade do Maçarico no município de Bragança/PA.

Sendo assim, recebi manifestação da prefeitura de Bragança comprovando as publicações dos itens dispostos acima.

É o Relatório.

**REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR MONOCRÁTICA.**

Instado no decisório a cumprir a obrigação de publicar os procedimentos licitatórios, no prazo de 05 (cinco dias), sob pena de suspensão da execução de seus objetos, inclusive de todos os atos dele decorrentes, em especial, os que se referem a empenhos, liquidações e pagamentos de despesas, o responsável assim o fez, no prazo estipulado, conforme verificações técnicas atestando a publicação dos certames no GEOBRAS, pelo que DETERMINO A REVOGAÇÃO da Medida Cautelar em referência.

Encaminho os autos à Secretaria-Geral deste TCMPA para imediata comunicação da decisão revogatória, por meio de publicação no Diário Eletrônico do TCMPA.

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Conselheiro/Relator/TCMPA

**DECISÃO CAUTELAR MONOCRÁTICA****PROCESSO Nº 1.017001.2025.2.0090****MUNICÍPIO:** Bragança**EXERCÍCIO:** 2025**ORDENADOR:** Mario Ribeiro Da Silva Júnior - Prefeito Municipal**ASSUNTO:** DECISÃO CAUTELAR MONOCRÁTICA**PROCEDÊNCIA:** Fatos identificados em apuração da 5ª Controladoria**RELATOR:** Conselheiro Daniel Lavareda**INTRODUÇÃO.**

Por provocação da área técnica da 5ª Controladoria de Controle Externo, este Conselheiro emitiu medida cautelar em desfavor do Sr. Mario Ribeiro Da Silva Júnior, prefeito de Bragança, pela ausência de publicação no Mural das licitações:

Inexigibilidade nº 6.2025-05.08.001	BRAGANÇA	PM	Maria Madalena Oliveira de Sousa	Locação de imóvel para funcionamento do Aluguel Social, conforme decisão judicial, autos no processo nº 0014643-76.2017.8.14.0009, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Bragança/Pa.
-------------------------------------	----------	----	----------------------------------	---

<https://www.tcmpa.tc.br/>

← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

Inexigibilidade nº 6.2025-0207002	BRAGANÇA	PM	Cap Consultoria Em Admin. Publica- Sociedade Simples Ltda-Epp	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria contábil, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bragança.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 6.2025-18090001	BRAGANÇA	PM	Organização Social Para 2000, CNPJ Nº 03.584.058/0001-18	Contratação de empresa especializada em locação de estande institucional de 16m2, com estrutura completa (montagem,

Sendo assim, recebi manifestação da prefeitura de Bragança comprovando as publicações dos itens dispostos acima.

É o Relatório.

#### REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR MONOCRÁTICA.

Instado no decisório a cumprir a obrigação de publicar os procedimentos licitatórios, no prazo de 05 (cinco dias), sob pena de suspensão da execução de seus objetos, inclusive de todos os atos dele decorrentes, em especial, os que se referem a empenhos, liquidações e pagamentos de despesas, o responsável assim o fez, no prazo estipulado, conforme verificações técnicas atestando a publicação dos certames no Mural de licitações, pelo que DETERMINO A REVOGAÇÃO da Medida Cautelar em referência.

Encaminho os autos à Secretaria-Geral deste TCMPA para imediata comunicação da decisão revogatória, por meio de publicação no Diário Eletrônico do TCMPA.

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**

Conselheiro/Relator/TCMPA

## DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

### CONS. DANIEL LAVAREDA

#### DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

**Processo:** 1.122002.2025.2.0009

**Município:** Santa Bárbara

**Unidade:** Câmara Municipal de Santa Bárbara

**Exercício:** 2025

**Ordenador:** Elizeu Gomes de Aviz (CPF: 410.983.152-00)

**Assunto:** Decisão Interlocutória

Tratam os autos de decisão cautelar homologada em 10.06.2025 (Acórdão nº 47.500/2025), determinando a suspensão imediata de empenhos e pagamentos de subsídios aos Vereadores do município de Santa Bárbara, baseados na Lei nº 286/2025 (R\$ 7.964,40), que estabeleceu revisão geral dos subsídios ao percentual de 32,74% aplicados ao último valor vigente (R\$ 6.000,00 - Lei nº 01/2016), tomando como base o período de 01/01/2018 a 28/02/2023.

Foi estabelecida multa de 3.000 (três mil) UPF-PA, em caso de descumprimento da decisão, independentemente de glosa, responsabilização imediata pelos pagamentos irregulares e encaminhamento dos autos ao Ministério Público Estadual, assim como foi oportunizado prazo de 10 (dez) dias para apresentação de justificativas sobre os fatos, bem como sobre a medida cautelar determinada.

O jurisdicionado encaminhou manifestação autuada sob processo de nº 1.122002.2025.2.0010, alegando ter cumprido a decisão cautelar na íntegra, com a suspensão dos pagamentos de subsídios no valor de R\$ 7.964,40 (sete mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos) e adoção do valor anterior a revisão, ou seja, R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Para tanto, apresentou os empenhos realizados e a folha de pagamento de 06/2025, demonstrando o cumprimento do que fora determinado.

No que se refere à ausência de concessão de revisão geral aos servidores do Legislativo, o gestor justifica que a Resolução nº 03/2023, que trata da organização administrativa e instituição de novo plano de cargos na Câmara Municipal, acrescentou aos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal o percentual de 38,95%, portanto, superior aos 32,74% aplicado aos subsídios dos vereadores por meio da Lei nº 286, de 17.01.2025.

Instado o Órgão Técnico de Controle (NAP), o mesmo, em consulta ao sistema Lince, constatou-se que nos meses de junho e julho/2025 o valor do subsídio pago aos vereadores foi de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), confirmando o cumprimento da medida cautelar.

Quanto às inconsistências sobre a data da aprovação da lei e a ausência de sanção do Prefeito, essas foram sanadas com a apresentação da Lei nº 286/2025, sancionada pelo prefeito em 17/01/2025. O ato anteriormente enviado (001/2025) se tratava, em verdade, de projeto de lei.

Sobre o requisito da revisão geral anual, relataram os técnicos do NAP que a manifestação acaba por ratificar as falhas apontadas em parecer anterior (Parecer nº 400/2025/NAP/TCM-PA), considerando o seguinte:

- A revisão geral deve ser tratada por meio de lei, na forma do Art. 37, X, da Constituição Federal, conforme orienta a Instrução Normativa nº 02/2022, deste TCMPA, em seus artigos 19 e 23;
- A matéria tratada na resolução é organização administrativa e instituição de novo plano de cargos na Câmara Municipal;
- O percentual tratado na Lei nº 286/2025 (32,74%) é distinto daquele tratado na Resolução nº 03/2023 (38,95%).
- No período de janeiro de 2018 a fevereiro de 2023, conforme a Calculadora Cidadão do Banco Central, o percentual de inflação foi de 33,49%. Portanto, o percentual de 38,95% aplicado aos vencimentos dos servidores trata-se de ganho real e não revisão geral.



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

Isto posto, os técnicos do NAP concluíram a análise opinando pela irregularidade da Revisão Geral Anual dos Subsídios dos Vereadores do Município de Santa Bárbara (Lei nº 286/2025), referente ao período de 01/01/2018 a 28/02/2023, no percentual de 32,74% sobre o último subsídio fixado pela Casa (R\$ 6.000,00 - Lei nº 01/2016), considerando as infrações ao art. 37, X, da CF/88, bem como os arts. 19, 21 e 23 da IN nº 22/2022/TCMPA.

Os técnicos ainda alertaram o jurisdicionado sobre a recente decisão do TCM/PA, em sede de consulta, que determinou, a partir do exercício de 2025, limitação da aplicação da revisão geral anual a um único exercício, ou seja, é vedado o acúmulo de perdas de anos anteriores (Resolução nº 17.238/2025, Processo nº 1.001002.2025.2.0002). Isto porque a natureza da revisão é a recomposição de perdas inflacionárias, anualmente apuradas, destinada exclusivamente à recomposição do poder aquisitivo da remuneração em razão da inflação do período imediatamente anterior.

#### DECIDO.

Nos termos destacados, considerando que o processo se encontra devidamente instruído e concluso pela irregularidade do acréscimo de 32,74% sobre o último subsídio dos vereadores de Santa Bárbara (R\$ 6.000,00), devido à ausência de lei municipal concedendo revisão geral dos vencimentos dos servidores do Poder Legislativo, com reposição das perdas inflacionárias ocorridas no último exercício, conforme demanda o Art. 37, X, da Constituição Federal, bem como os artigos 19, 21 e 23 da Instrução normativa nº 22/2022/TCMPA, permanecendo assim o “fumus boni iuris” e do “periculum in mora”, quanto ao possível pagamento ilegal de subsídios superiores ao valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mantenho os termos da decisão cautelar exarada no Acórdão nº 47.500/2025.

Remeta-se o processo à Câmara Especial, para julgamento de mérito, na forma do Art. 75, III, do Regimento Interno deste Tribunal, obedecida a prevenção.

Dê-se conhecimento desta decisão interlocutória aos interessados, por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico deste TCM-PA.

Belém, 27 de janeiro de 2026.

**LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**  
Conselheiro/Relator/TCMPA

### GABINETE DE CONSELHEIRO SUBSTITUTO

#### NOTIFICAÇÃO

#### CONS. SUBST. JOSÉ ALEXANDRE CUNHA

##### NOTIFICAÇÃO

**Nº 163/2025/GAB. CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCM-PA**  
(Processo nº 1.045001.2024.2.0016)

No uso das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e arts. 75, III e 110, III do RITCM, NOTIFICO, com fundamento no 677, §§2º

e 3º do RITCM, o Sr. José Delcicley Pacheco Viegas, Prefeito do Município de Melgaço, no exercício de 2024, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o Parecer 635/2025/NAP/TCM-PA, que analisa a conformidade do ato de fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais (Lei Municipal nº 737 de 02/09/2024) do Município de Melgaço, para a legislatura de 2025 a 2028, para que adote as seguintes providências:

1. Vício de iniciativa, em razão do projeto de lei ser oriundo da Prefeitura Municipal de Melgaço (Projeto de Lei 005/2024/PMM), o constituiria vício insanável no ordenamento jurídico pátrio;
2. Inaplicabilidade do Parágrafo Único do art. 2º no primeiro ano da legislatura;
3. Data da sessão que aprovou o projeto de lei posterior à data da lei.

Por fim, ressalta-se que o não atendimento desta notificação, no prazo e na forma estabelecidos, prejudica o exame de legalidade do ato, bem como configura infração passível de multa prevista no art. 33 e art. 71, I da LOTCM, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multa decorrente da inobservância do Regimento Interno deste Tribunal e Instrução Normativa nº 02/2022/TCM-PA.

Este edital será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. O prazo de resposta é contado a partir da última publicação, nos termos do art. 415, IV do RITCM-PA e art. 3º da IN nº 03/2016/TCMPA.

Belém, 03 de dezembro de 2025

**JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA**  
Conselheiro Substituto/Relator

**Protocolo: 55967**

#### NOTIFICAÇÃO

**Nº 164/2025/GAB. CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCM-PA**  
(Processo nº 1.045001.2024.2.0016)

No uso das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e arts. 75, III e 110, III do RITCM, NOTIFICO, com fundamento no 677, §§2º e 3º do RITCM, o Sr. José Getúlio Viegas de Lima, Presidente da Câmara do Município de Melgaço, no exercício de 2024, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o Parecer 635/2025/NAP/TCMPA, que analisa a conformidade do ato de fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais (Lei Municipal nº 737 de 02/09/2024) do Município de Melgaço, para a legislatura de 2025 a 2028, para que adote as seguintes providências:

1. Vício de iniciativa, em razão do projeto de lei ser oriundo da Prefeitura Municipal de Melgaço (Projeto de Lei 005/2024/PMM), o constituiria vício insanável no ordenamento jurídico pátrio;
2. Inaplicabilidade do Parágrafo Único do art. 2º no primeiro ano da legislatura;
3. Data da sessão que aprovou o projeto de lei posterior à data da lei.



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

Por fim, ressalta-se que o não atendimento desta notificação, no prazo e na forma estabelecidos, prejudica o exame de legalidade do ato, bem como configura infração passível de multa prevista no art. 33 e art. 71, I da LOTCM, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multa decorrente da inobservância do Regimento Interno deste Tribunal e Instrução Normativa nº 02/2022/TCM-PA.

Este edital será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. O prazo de resposta é contado a partir da última publicação, nos termos do art. 415, IV do RITCM-PA e art. 3º da IN nº 03/2016/TCMPA.

Belém, 03 de dezembro de 2025

**JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA**

Conselheiro Substituto/Relator

Protocolo: 55961

#### NOTIFICAÇÃO

**Nº 165/2025/GAB. CONS. SUBST. ALEXANDRE CUNHA/TCM-PA (Processo nº 1.045001.2024.2.0016)**

No uso das atribuições conferidas pelos arts. 31 da LOTCM e arts. 75, III e 110, III do RITCM, NOTIFICO, com fundamento no 677, §§2º e 3º do RITCM, o Sr. José Nilson Ferreira Rocha, Presidente da Câmara do Município de Melgaço, no exercício de 2025, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o Parecer 635/2025/NAP/TCM-PA, que analisa a conformidade do ato de fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais (Lei Municipal nº 737 de 02/09/2024) do Município de Melgaço, para a legislatura de 2025 a 2028, para que adote as seguintes providências:

1. Vício de iniciativa, em razão do projeto de lei ser oriundo da Prefeitura Municipal de Melgaço (Projeto de Lei 005/2024/PM), o constituiria vício insanável no ordenamento jurídico pátrio;
2. Inaplicabilidade do Parágrafo Único do art. 2º no primeiro ano da legislatura;
3. Data da sessão que aprovou o projeto de lei posterior à data da lei.

Por fim, ressalta-se que o não atendimento desta notificação, no prazo e na forma estabelecidos, prejudica o exame de legalidade do ato, bem como configura infração passível de multa prevista no art. 33 e art. 71, I da LOTCM, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de multa decorrente da inobservância do Regimento Interno deste Tribunal e Instrução Normativa nº 02/2022/TCM-PA.

Este edital será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. O prazo de resposta é contado a partir da última publicação, nos termos do art. 415, IV do RITCM-PA e art. 3º da IN Nº 03/2016/TCMPA.

Belém, 03 de dezembro de 2025

**JOSÉ ALEXANDRE CUNHA PESSOA**

Conselheiro Substituto/Relator

Protocolo: 55964

## SERVIÇO AUXILIAR - SA

### PORTARIA

#### CONS. LÚCIO VALE

**PORTARIA Nº 0079 DE 16/01/2026**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 82, inciso XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

**CONSIDERANDO** o Ofício Interno nº 009/2026/DIPLAMFCE/TCM-PA, de 15/01/2026;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Prorrogar até o dia 31/03/2026 o prazo da Portaria de Fiscalização nº 0885/2025, de 07/07/2025, publicada no Diário Eletrônico do TCMPA nº 1.986/2025, relativa à fiscalização na modalidade **Acompanhamento**, que tem por objeto o Contrato nº 01/2024/SESAN, da Secretaria Municipal de Zeladoria e Conservação Urbana (SEZEL/SESAN) de Belém, com objetivo de verificar e acompanhar o atingimento das metas previstas do Contrato.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 15/08/2025.

**LUCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente

**PORTARIA Nº 0080 DE 16/01/2026**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 82, inciso XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

**CONSIDERANDO** o Ofício Interno nº 009/2026/DIPLAMFCE/TCM-PA, de 15/01/2026;

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Prorrogar até 27/03/2026 o prazo da Portaria nº 0995/2025, publicada no DOE/TCMPA de 18/08/2025, referente à Auditoria de Conformidade de acordo com o item 4.1.2.2 do Plano Anual de Controle Externo, no Município de Capanema, com objetivo de verificar se a criação, implementação e gestão da unidade de conservação municipal "Parque Natural Municipal Rio Garrafão" estão em conformidade com a legislação ambiental e normas e regulamentos que regem as Unidades de Conservação da Natureza

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 15/12/2025.

**LUCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>



**PORTARIA Nº 0081 DE 16/01/2026**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 82, inciso XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

**CONSIDERANDO** o Ofício Interno nº 009/2026/DIPLAMFCE/TCM-PA, de 15/01/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Prorrogar até o dia 30/06/2026 o prazo da Portaria de Fiscalização nº 0752/2025, de 29/05/2025, publicada no Diário Eletrônico do TCM-PA nº 1.967/2025, relativa à fiscalização na modalidade **Monitoramento**, que tem por objeto verificar o cumprimento das deliberações do Acórdão nº 46.532 decorrente da Auditoria de Conformidade relativa à Gestão de Resíduos Sólidos no município de Itaituba.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 30/09/2025.

**LUCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente

**PORTARIA Nº 0082 DE 16/01/2026**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 82, inciso XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

**CONSIDERANDO** o Ofício Interno nº 009/2026/DIPLAMFCE/TCM-PA, de 15/01/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Prorrogar até o dia 31/03/2026 o prazo da Portaria de Fiscalização nº 1049/2025, de 22/08/2025, publicada no Diário Eletrônico do TCM-PA nº 2.026/2025, relativa à fiscalização na modalidade **Auditoria de Conformidade**, que tem por objeto a Gestão de Resíduos Sólidos no município de Tucuruí.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 15/12/2025.

**LUCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente

**PORTARIA Nº 0083 DE 16/01/2026**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 82, inciso XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

**CONSIDERANDO** o Ofício Interno nº 009/2026/DIPLAMFCE/TCM-PA, de 15/01/2026;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Substituir a Auditora de Controle Externo **Bárbara Evelyn Fernandes De Moraes**, matrícula 500001075, da função de supervisora de fiscalização pelo Auditor de Controle Externo **Antonio Wenderson dos Santos Moura**, matrícula 500001087, na

Portaria de Fiscalização nº 0696/2025, de 21/05/2025, publicada no DOE em 30/05/2025, alterada pela portaria nº 1221/2025, de 02/10/2025, publicada no DOE em 07/10/2025 que trata da fiscalização, na modalidade Acompanhamento, no município de São João do Araguaia, de acordo com o item 4.1.3.3 do Plano Anual de Controle Externo (PACE/2025), aprovado pela Resolução Administrativa nº 10/2025/TCMPA para verificar a conformidade legal e técnica dos procedimentos de contratação e da execução contratual das obras com processo de retomada deferidos junto ao FNDE, no âmbito do Pacto Nacional Pela Retomada de Obras Educação Básica e Profissionalizante.

**Art. 2º** Incluir a Auditora de Controle Externo **Carmen Chaiana Baumgartner Maciel**, matrícula 500001093, para integrar a equipe de fiscalização.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19/01/2026.

**LUCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente

**PORTARIA Nº 0084 DE 16/01/2026**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 109, de 27/12/2016 e com o Regimento Interno deste Tribunal (Ato nº 23/2020);

**CONSIDERANDO** a solicitação nº 202600493, de 16/01/2026;

**RESOLVE:** Mandar averbar na ficha funcional da servidora **CYUMARA KALYANE MORAIS LIMA DE SOUSA**, matrícula nº 500001045, AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - TCM.CPE.101-1.A/1, o tempo de serviço público prestado ao Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, no total de 271 (duzentos e setenta e um) dias; considerados para todos os efeitos legais, inclusive para efeito de cálculo de adicional por tempo de serviço, nos termos do §1º do art. 70, da Lei nº 5.810/1994 - RJU.

**LUCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente

Protocolo: 55973

**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP****PORTARIA Nº 0085 DE 19/01/2026**

**Nome:** LEONIDAS CARNEIRO DA PONTE

**Assunto:** Prorrogar por 15 (quinze) dias a licença saúde.

**Período:** 13 a 27/01/2026

**HILDENIR HELKER DE AGUIAR FRANCO**

Diretor de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº 0086 DE 19/01/2026**

**Nome:** MAURO CELSO FEITOSA MAIA

**Assunto:** Prorrogar por 59 (cinquenta e nove) dias a licença saúde.

**Período:** 28/11/2025 a 25/01/2026

**HILDENIR HELKER DE AGUIAR FRANCO**

Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 55973



<https://www.tcmpa.tc.br/>



Consultar via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

## DIÁRIA

## DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS – DGP

PORTARIA Nº 0071 DE 14/01/2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCMPA, à conveniência dos serviços;

**CONSIDERANDO** os termos das Portarias nº 0353/2024 c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no Processo nº PA202617374, de 13/01/2026;

## RESOLVE:

1. Autorizar os servidores abaixo, para realizarem visita técnica e identificação de local apropriado e outras providências de infraestrutura/logística, para a realização da 1ª etapa do projeto Capacitação, que ocorrerá em Bragança/PA, concedendo-lhes diárias.

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO	DIÁRIA
TIAGO LUCENA BRASILINO	500001083	AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	15 a 16/01/2026	1 e ½ (uma e meia)
FRANCISCO OGERLEI PINTO FERREIRA	500000948	ASSESSOR TÉCNICO		1 e ½ (uma e meia)

2. Ao final do referido evento, os servidores deverão apresentar a comprovação da viagem e relatório das atividades à Diretoria de Gestão de Pessoas/DGP, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

HILDENIR HELKER DE AGUIAR FRANCO

Diretor de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 0072 DE 14/01/2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 0721/2019, de 30/05/2019, conforme o disposto no artigo 82, inciso V c/c o seu parágrafo primeiro, do Regimento Interno (Ato nº 23) deste TCMPA, à conveniência dos serviços;

**CONSIDERANDO** os termos das Portarias nº 0353/2024 c/c o art. 145, §1º da Lei Estadual nº 5.810/1994;

**CONSIDERANDO** a solicitação contida no Processo nº PA202617361, de 13/01/2026;

## RESOLVE:

1. Autorizar os servidores abaixo, para participar da Jornada Pedagógica do Município de Palestina do Pará e ministrar capacitação aos Gestores Escolares e Professores, que ocorrerá em Marabá/PA, concedendo-lhes diárias e passagens aéreas.

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO	DIÁRIA
EVERALDO LINO ALVES	500000781	COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO	20 a 23/01/2026	3 e ½ (três e meia)
ANA CRISTINA SANTOS SODRE	500000805	AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO		3 e ½ (três e meia)

2. Ao final do referido evento, os servidores deverão apresentar a comprovação da viagem e relatório das atividades à Diretoria de Gestão de Pessoas/DGP, conforme modelo aprovado pela Presidência, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o retorno, sob pena de não receberem novas diárias.

HILDENIR HELKER DE AGUIAR FRANCO

Diretor de Gestão de Pessoas

Protocolo: 55972

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

## CONS. LÚCIO VALE

## TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90026/2025/TCM/PA

ID contratação - PNCP: 04789665000187-1-000088/2025

O Presidente do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, regimentais, e conforme o que consta no Processo Administrativo Nº PA202417060 e, CONSIDERANDO ainda a Manifestação de CONFORMIDADE nº 015/2026 da Coordenadoria de Controle Interno deste Tribunal, de 21/01/2026, exarada às fls. 491/492 do referido processo;

## RESOLVE:

**ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o resultado do Pregão Eletrônico nº 90026-2024/TCMPA, acima identificado, cujo OBJETO é Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de divisórias piso-teto, portas e respectivos componentes, abrangendo todos os materiais, acessórios e serviços necessários à execução completa, visando atender às necessidades de readequação, modernização e otimização dos espaços físicos do TCM/PA, à empresa **CENTRA MÓVEIS S/A**, pelo valor **R\$ 2.087.160,00** (Dois milhões, oitenta e sete mil, cento e sessenta reais), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e discriminada na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid/Qtd	Valor Unit.R\$	Valor Total R\$
01	DIVISÓRIA PISO-TETO - MÓDULO CEGO PAGINADO EM 3 PARTES	200m²	1.013,45	202.690,00
02	DIVISÓRIA PISO-TETO - MÓDULO VIDRO DUPLO	150m²	2.145,00	321.750,00
03	DIVISÓRIA PISO-TETO - MÓDULO VIDRO SIMPLES	30m²	1.805,00	54.150,00
04	DIVISÓRIA PISO-TETO - MÓDULO MISTO (PAINEL CEGO + VIDRO DUPLO) COM BANDEIRA	320m²	1.895,00	606.400,00
05	DIVISÓRIA PISO-TETO - MÓDULO MISTO (PAINEL CEGO + VIDRO DUPLO) COM BANDEIRA E PERSIANA	150m²	2.329,00	349.350,00


<https://www.tcmpa.tc.br/>


Consultar via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

Item	Descrição	Unid/Qtd	Valor Unit.R\$	Valor Total R\$
06	PORTA DE ABRIR - VIDRO SIMPLES (0,90X2,10M)	3 Unid	7.800,00	23.400,00
07	PORTA DE ABRIR - VIDRO DUPLO COM BANDEIRA (0,90 x 2,10m)	3 Unid	8.200,00	24.600,00
08	PORTA DE ABRIR - VIDRO DUPLO (0,90X2,20M)	5 Unid	8.400,00	42.000,00
09	PORTA DE ABRIR - VIDRO DUPLO (0,90X2,30M)	7 Unid	8.700,00	60.900,00
10	PORTA DE ABRIR - VIDRO DUPLO (0,90X2,45M)	6 Unid	8.950,00	53.700,00
11	PORTA DE ABRIR DUPLA - VIDRO DUPLO (1,80X2,70M)	2 Unid	14.000,00	28.000,00
12	PORTA DE ABRIR - MÓDULO CEGO COM BANDEIRA (0,90X2,10 M)	50 Unid	4.680,00	234.000,00
13	PORTA DE ABRIR DUPLA - MÓDULO CEGO COM BANDEIRA (1,80X2,10M)	2 Unid	7.290,00	14.580,00
14	MONTANTE - TUBO CONECTOR QUADRADO	150m²	306,00	45.900,00
15	INTERRUPTOR	100 Unid	51,00	5.100,00
16	MANTA DE ISOLAMENTO ACÚSTICO	430m²	48,00	20.640,00
VALOR GLOBAL TOTAL (R\$)				2.087.160,00

Belém-PA, 26 de janeiro de 2026.

**LÚCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente do TCM/PA

Protocolo: 55970

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA****DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO – DAD****TERMO PARA COLABORADOR EVENTUAL Nº 02/2026****1. INFORMAÇÕES DO COLABORADOR**

<b>NOME:</b> DIANA VAZ DE LIMA
<b>DATA DE NASCIMENTO:</b> 01/10/1971
<b>CPF:</b> 523.738.941-49
<b>Doc. Identidade:</b> 1217800 SSP DF
<b>ESCOLARIDADE:</b> ( ) MÉDIO ( ) SUPERIOR ( ) ESPECIALIZAÇÃO ( ) MESTRADO (X) DOUTORADO
<b>DADOS BANCÁRIOS:</b> Banco: 001 / Agência: 8615-0 / Conta Corrente: 601.127-6

**2. INFORMAÇÕES DO SERVIÇO:**

**ATIVIDADE:** Palestra de apresentação do Curso de Especialização em Auditoria Financeira da Universidade de Brasília (UnB), bem como nas experiências acadêmicas e institucionais consolidadas junto ao Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do

Estado do Pará e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, destacando-se a relevância estratégica dessa formação para o aperfeiçoamento técnico dos auditores do TCM/PA.

**CARGA HORÁRIA TOTAL:** 3h (TRÊS HORAS)**PERÍODO:** 09 de fevereiro de 2026

**LOCAL:** Auditório Jarbas Passarinho, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará - Travessa Magno de Araújo, 474, Telégrafo Sem Fio, Belém, Estado do Pará.

**PERÍODO DO DESLOCAMENTO:** De 08/02/2026 a 09/02/2026

**VALOR TOTAL:** R\$ 1.470,00 – Referente a 1 e 1/2 (um e meia) diária

**FORMA DE PAGAMENTO:** (X) PARCELA ÚNICA**3. OBRIGAÇÕES DAS PARTES****3.1 DO COLABORADOR**

- Conhecer e concordar com as condições estabelecidas no presente termo, especialmente no tocante às obrigações, prazos, horários, local de realização do trabalho, metodologia, carga horária;
- Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços, mantendo durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- Não infringir os dispositivos da Lei nº 9.610, de 1998, que regula os direitos autorais e isentar o TCM/PA de qualquer responsabilização quanto à eventual infração;
- Concordar em ser avaliado tanto pelos participantes quanto pela área responsável pelo evento;
- Autorizar o TCM/PA a gravar imagem e voz do(a) COLABORADOR(A), captadas no referido evento, para fins de auditoria, se necessário;
- Concordar com o adiamento ou cancelamento da atividade, por parte do TCM/PA, em caso de problemas administrativos, técnicos e/ou didático-pedagógicos que interfiram no bom desenvolvimento do evento; e
- Não fazer uso de publicidade e propaganda voltadas a interesses pessoais durante os eventos, bem como nos materiais didáticos utilizados.

**3.2 DO COLABORADOR (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD)**

- Não utilizar os dados pessoais, eventualmente coletados para facilitar a comunicação no âmbito das atividades, para uso comercial ou finalidade diversa do serviço para o qual foi contratado, devendo sempre informar ao titular a finalidade do tratamento.
- Limitar a coleta ao mínimo necessário para atendimento da finalidade das atividades, informando ao titular a finalidade do tratamento.
- Não compartilhar dados pessoais acessados em sistemas do TCM/PA ou no âmbito das atividades contratadas com terceiros.
- Adotar medidas necessárias de prevenção aptas a proteger os dados pessoais tratados de acessos não autorizados, situações acidentais ou formas de tratamento inadequadas ou ilícitas.


<https://www.tcmpa.tc.br/>


Consultar via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCM/PA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

e) Preservar a confidencialidade de informações de login e senha atribuídas pelo TCM/PA; tais informações são pessoais e intransferíveis, não devendo ser reveladas a terceiros.

f) Comunicar imediatamente qualquer ocorrência de incidente de segurança que possa comprometer a proteção dos dados pessoais tratados no âmbito dos serviços prestados.

g) Cumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou as instruções lícitas da Contratante.

### 3.3 DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

a) Realizar o pagamento dentro das normas e obrigações acordadas neste termo;

b) Garantir a disponibilidade das instalações, infraestrutura e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, quando realizados nas suas instalações;

c) Dar conhecimento ao COLABORADOR(A) dos termos deste instrumento;

d) Emitir nota de empenho e efetuar os pagamentos nas datas e prazos estipulados nas normas internas específicas;

e) Comunicar ao COLABORADOR(A) em casos de adiamento ou cancelamento da atividade em caso de problemas administrativos,

técnicos e/ou didático-pedagógicos que interfiram no bom desenvolvimento do evento.

#### 4. DO PAGAMENTO

4.2 O pagamento das diárias ocorrerá em até um dia antes do deslocamento na conta indicada pelo(a) colaborador (a).

#### 5. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1 A execução deste termo de colaboração eventual será acompanhada e fiscalizada pela área solicitante.

#### 6. DO PRAZO

6.1 O presente instrumento contratual vigorará pelo prazo de 30 dias a contar da assinatura, podendo ser prorrogado a critério do TCM/PA.

6.2 Os prazos somente se iniciam e finalizam em dias úteis e de expediente no TCM/PA.

Belém/PA, 23 de janeiro de 2026.

**LÚCIO DUTRA VALE**

Conselheiro/Presidente do TCMPA

**Protocolo: 55971**

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

### DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DIORF

PODER LEGISLATIVO

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2025

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL¹	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JAN/25	FEV/25	MAR/25	ABR/25	MAI/25	JUN/25	JUL/25	AGO/25	SET/25	OUT/25	NOV/25	DEZ/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.610.409,33	18.034.754,53	17.499.385,23	18.145.370,31	18.935.461,50	19.823.446,76	18.703.797,00	18.718.972,99	18.714.120,89	19.690.799,36	19.099.690,64	55.721.416,41	261.697.624,95	0,00
Pessoal Ativo	15.879.188,51	15.348.416,62	14.797.323,59	15.479.884,99	16.200.734,55	17.002.171,09	15.971.338,05	15.986.514,04	15.951.792,53	16.893.416,88	16.316.907,87	50.536.572,74	226.364.261,46	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.727.139,91	13.155.778,84	12.599.409,99	13.269.694,34	13.883.296,65	14.601.325,59	13.650.383,23	13.663.377,10	13.622.164,90	14.551.180,84	13.977.352,56	45.894.246,71	196.595.350,66	
Obrigações Patronais	2.152.048,60	2.192.637,78	2.197.913,60	2.210.190,65	2.317.437,90	2.400.845,50	2.320.954,82	2.323.136,94	2.329.627,63	2.342.236,04	2.339.555,31	4.642.326,03	29.768.910,80	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.731.220,82	2.686.337,91	2.702.061,64	2.665.485,32	2.734.726,95	2.821.275,67	2.732.458,95	2.732.458,95	2.762.328,36	2.797.382,48	2.782.782,77	5.184.843,67	35.333.363,49	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.203.576,33	2.158.714,63	2.186.992,01	2.150.415,69	2.221.028,51	2.307.578,23	2.218.760,51	2.218.761,51	2.248.629,92	2.279.942,31	2.261.167,08	4.198.718,73	28.654.285,46	
Pensões	527.644,49	527.623,28	515.069,63	515.069,63	513.698,44	513.697,44	513.698,44	513.697,44	513.698,44	517.440,17	521.615,69	986.124,94	6.679.078,03	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.062.422,53	2.630.131,68	2.283.074,35	2.866.236,45	2.571.320,80	2.529.163,11	2.564.399,98	2.411.228,35	2.463.735,90	2.873.070,74	2.600.347,52	23.591.429,82	52.446.561,23	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	73.425,09	229.436,30	84.562,23	583.993,07	235.071,56	223.141,51	136.342,45	96.219,59	147.981,11	383.181,34	281.226,81	8.017.342,87	10.491.923,93	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	3.258,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169.374,59	0,00	0,00	172.632,63	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	814.722,10	245.198,87	15.097,88	78.528,90	133.096,65	5.681,37	43.275,12	0,00	0,00	0,00	0,00	10.956.962,12	12.292.563,01	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.171.017,30	2.155.496,51	2.183.414,24	2.203.714,48	2.203.152,59	2.300.340,23	2.384.782,41	2.315.008,76	2.315.754,79	2.320.514,81	2.319.120,71	4.617.124,83	29.489.441,66	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>



DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	15.547.986,80	15.404.622,85	15.216.310,88	15.279.133,86	16.364.140,70	17.294.283,65	16.139.397,02	16.307.744,64	16.250.384,99	16.817.728,62	16.499.343,12	32.129.986,59	209.251.063,72	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					VALOR					% SOBRE A RCL AJUSTADA				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					44.705.086.000,08									
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)					16.738.946,94									
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)					31.034.109,00									
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)					0,00									
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais					0,00									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)					44.657.312.944,14									
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)					209.251.063,72					0,47%				
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)					267.943.877,66					0,60%				
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x VII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)					254.546.683,78					0,57%				
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x VII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)					241.149.489,90					0,54%				

FONTE: Sistema SIAFE 2025, DIORF/TCMPA, 26/01/2026, às 14hs.

Nota:

<sup>1</sup>A despesa com Pessoal, obedece a Resolução nº 17.793/2009 do TCE/PA.

LÚCIO DUTRA VALE - Conselheiro Presidente  
ADÉLIA MONTEIRO - Diretora de Orçamento e Finanças  
CRYSTHYAN LIMA DA SILVA - Coordenador de Controle Interno

PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup>  (f) = (a – (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO  (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)  (h) = (f - g)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores  (d)	Demais Obrigações Financeiras  (e)				
		De Exercícios Anteriores  (b)	Do Exercício  (c)						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	151.252.495,24	0,00	2.493.793,62	0,00	0,00	148.758.701,62	15.195.747,24	0,00	133.562.954,38
Recursos Ordinários	95.851.194,90		2.493.793,62			93.357.401,28	14.542.747,24		78.814.654,04
Outros Recursos Não Vinculados	55.401.300,34					55.401.300,34	653.000,00		54.748.300,34
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	16.982.349,51	0,00	0,00	0,00	3.384.061,04	13.598.288,47	2.376,93	0,00	13.595.911,54
Recursos Vinculados ao RPPS									
Recursos Vinculados a Fundos	13.598.288,47					13.598.288,47	2.376,93		13.595.911,54
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Recusos Vinculados a Precatórios									
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais									
Outros Recursos Extraorçamentários	3.384.061,04				3.384.061,04				
Outros Recursos Vinculados									
TOTAL (III) = (I + II)	168.234.844,75	0,00	2.493.793,62	0,00	3.384.061,04	162.356.990,09	15.198.124,17	0,00	147.158.865,92

FONTE: Sistema SIAFE 2025, DIORF/TCMPA, 26/01/2026, às 14hs.

Notas:

<sup>1</sup>Essa coluna poderá apresentar valor negativo, indicando, nesse caso, insuficiência de caixa após o registro das obrigações financeiras.

LÚCIO DUTRA VALE - Conselheiro Presidente  
ADÉLIA MONTEIRO - Diretora de Orçamento e Finanças  
CRYSTHYAN LIMA DA SILVA - Coordenador de Controle Interno

PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2025

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente líquida	44.705.086.000,08
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	44.688.347.053,14
Receita Corrente líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	44.657.312.944,14



<https://www.tcmpa.tc.br/>



↩ Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>

DESPESA COM PESSOAL <sup>1</sup>	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	209.251.063,72	0,47
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <0,60%>	267.943.877,66	0,60
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <0,57%>	254.546.683,78	0,57
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <0,54%>	241.149.489,90	0,54
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	15.198.124,17	147.158.865,92

**FONTE:** Sistema SIAFE 2025, DIORF/TCMPA, 26/01/2026, às 14hs.

**Nota:**

<sup>1</sup> A despesa com Pessoal, obedece a Resolução nº 17.793/2009 do TCE/PA.

**LÚCIO DUTRA VALE** - Conselheiro Presidente

**ADÉLIA MONTEIRO** - Diretora de Orçamento e Finanças

**CRYSTHYAN LIMA DA SILVA** - Coordenador de Controle Interno

**VEM PARTICIPAR DO NOSSO Instagram**

E FICAR POR DENTRO DE TODAS AS NOTÍCIAS E NOVIDADES!

**@tcmpara**



**TCMPA**  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

**MANO E MANA, NÃO DEIXA DE PARTICIPAR DO NOSSO facebook**

E FICAR POR DENTRO DE TODAS AS NOTÍCIAS E NOVIDADES!


**@tcmpara**



**TCMPA**  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

**Ei, gestor e gestora tem multa aplicada pelo TCM para pagar?**

Entre em contato com a Corregedoria:  
✉ [corregedoria1@tcm.pa.gov.br](mailto:corregedoria1@tcm.pa.gov.br)  
☎ (91) 98447 - 1202



**TCMPA**

**ATENÇÃO JURISDICIONADO**



Mural de Licitações



<https://www.tcmpa.tc.br/>



← Consulta via leitora de QR Code/ Este Diário Oficial Eletrônico do TCMPA é GRATUITO e sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará na Internet, no Endereço: <https://www.tcmpa.tc.br/diario-oficial-eletronico/>